

ANEXO II

ANÁLISE DOS RISCOS FISCAIS

1. INTRODUÇÃO

O financiamento das políticas públicas é feito pela sociedade, que coopta pelo pagamento de impostos ao Estado. O Estado, por sua vez, executa as políticas públicas, delegado pela sociedade, para prestar serviços de qualidade à população.

O financiamento a que nos referimos constitui em receitas públicas, que devem ser aplicados pelo Estado, de acordo com a legislação, com destaque para a Lei nº4.320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar 101/2000).

Então, diz-se que a receita pública é o conjunto dos meios financeiros usados pelo Estado ou por outras pessoas de direito público que possam dispor para atender à cobertura das despesas necessárias ao cumprimento de suas funções. Dessa forma, todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, pois tem a finalidade de atender às despesas públicas.

Nas economias modernas as previsões de receitas tornaram-se um instrumento vital da política econômica, pois, depois que o Orçamento é aprovado pelo Congresso Nacional, Assembleia Legislativa ou Câmara Municipal, o governo passa a aplicar o que foi autorizado. Se a receita do ano for superior à previsão inicial ocorre o excesso de arrecadação, que então é incorporado na lei orçamentária para a execução. Se, ao contrário, a receita cair, o governo fica impossibilitado de executar o orçamento na sua totalidade, o que exigirá corte nas despesas programadas, constituindo o chamado "*contingenciamento*".

Vale ressaltar que as receitas são estimadas pelo governo, e variam para mais ou para menos durante a execução, por fatores diversos. Como principal fator externo, se a economia crescer durante o ano mais do que se esperava, a arrecadação com os impostos tende a aumentar. O movimento inverso também pode ocorrer. Há ainda fatores internos, como a regularidade e proatividade para obtenção de transferências voluntárias e recursos de financiamentos. E, ainda, com base na receita prevista, são fixadas as despesas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A Lei 4.320/64 disciplina o tratamento da receita pública, além das Leis específicas que criam o poder de arrecadar. Porém, foi com a Lei de Responsabilidade Fiscal que as fontes de financiamento público foram efetivamente regulamentadas, através do maior rigor e fundamentação metodológica das previsões da receita pública.

A atividade de previsão de receitas públicas é um dos requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal. Essas previsões envolvem o uso de técnicas analíticas para projetar a quantidade de recursos financeiros disponíveis num determinado tempo futuro. A previsão, por sua vez, tenta identificar o relacionamento entre os fatores que afetam as receitas (alíquotas tributárias, variáveis macroeconômicas, etc.) e a arrecadação governamental (tributos e outras receitas).

As previsões de receitas podem ser aplicadas tanto à receita total agregada quanto às suas fontes individuais, nos impostos sobre consumo e também nos impostos sobre a propriedade, entre outras. Vários são os métodos utilizados para se projetar às receitas, e estes tendem a trabalhar melhor em função do tipo de receita que se pretende prever.

Respeitando a competência da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN para realizar a previsão para a elaboração das propostas orçamentárias, cabe a Secretaria de Estado da Fazenda, através de sua Coordenadoria de Arrecadação – COARE, fornecer os elementos, especialmente quanto às receitas próprias do GEA.

O processo de previsão de receita pública começa quando da elaboração da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, ocasião em que é realizada a previsão dos recursos do tesouro, dos recursos diretamente arrecadados e convênios que comporão o anexo de metas fiscais.

2. ASPECTOS LEGAIS

Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias o anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

II - demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão

acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constante do projeto de lei orçamentária.

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.”

3. CENÁRIO NACIONAL

O cenário macroeconômico brasileiro tem imposto aos governos estaduais medidas duras de contenção dos gastos e reavaliação de suas contas públicas. O reflexo desse cenário pode ser observado nos atrasos de salários, aumento do endividamento, frustrações de receita, queda na arrecadação própria e desajustes nos indicadores de sustentabilidade fiscal.

Diante do agravamento da crise fiscal e financeira nos Estados, sobretudo pela combinação de elevação da dívida associada à queda na arrecadação, os governantes deram início nas agendas de parcelamentos dos salários, ausência de reajuste aos servidores, atrasos nos compromissos constitucionais, problemas previdenciários e descontinuidade de políticas públicas. Situação que tem movimentado uma onda de manifestações no País.

Junto com a crise fiscal e econômica, se agrava a crise política, quando os partidos lutam pelo *impeachment* da presidente Dilma buscando retirar o Partido dos Trabalhadores do Poder. Pela lógica do cenário nebuloso e as expectativas de mercado, a grande crise é um entrave ao processo de estabilização da economia, pois a solução do problema fiscal do país depende da aprovação de um conjunto de reformas, entre as quais: Previdência¹, Autonomia do Banco Central, Trabalhista, Tributária², Fiscal³ e PLP 257/2016⁴.

Na essência, a crise econômica no Brasil tem como causa o desajuste nas contas públicas e seus reflexos sobre o mercado. A trajetória de

¹ Um dos pontos polêmicos é a proposta de aumentos reais no salário mínimo, aumento do fator previdenciário, reforma nos regimes próprios de previdência entre outras.

² Unificação da alíquota de ICMS entre outras medidas.

³ Envolve a desvinculação de receitas e maior flexibilidade no gasto público. Além disso, trata da imposição de limites para a expansão de gastos do governo.

⁴ Trata da proposta de alongamento da dívida dos Estados e do Distrito Federal que se encontra em tramitação no Congresso Nacional.

crescimento da dívida bruta do governo geral demonstra a gravidade do problema fiscal no país. Em 12/2013 foi de 51,3% do PIB; em 12/2015 para 66,5% do PIB e em 02/2016⁵ chegou a 67,6% do PIB. No BRICS⁶ o nível de endividamento mais elevado é o do Brasil.

Diante da fragilidade fiscal, os demais problemas econômicos também se agravam. Em 1º lugar a recessão e a escalada do desemprego, em síntese o principal problema para ser superado no decorrer de 2016 até 2018. Atualmente segundo os dados da PNAD/IBGE⁷ a desocupação no mercado já atinge 10 milhões de trabalhadores.

Esse baixo desempenho dos indicadores conjunturais reflete diretamente no ritmo do mercado de trabalho que chegou em abril de 2016 com uma taxa de 10,2%. Uma massa de trabalhadores muito alta fora do mercado e sem renda para estimular o consumo. Para as atuais projeções do Banco Central o nível de desemprego só retornará ao patamar de 8,5% a partir de 2018.

Além disso, a previsão de mercado para o PIB em 2016 já é de uma recessão superior a -3,5%⁸, contra uma recessão de -3,8 em 2015, ou seja, no 1º quadrimestre a expectativa de queda no PIB para o ano já é superior ao realizado no ano anterior. Segundo o Banco Central a reversão do quadro de crise só acontecerá a partir de 2017⁹ e até 2020 não deverá ultrapassar 3,5%. O reflexo da timidez do PIB está na indústria que não deve aumentar sua produção e na venda do Comércio com baixo crescimento.

No que se refere os preços monitorados pelo Governo a forte recessão observada vem reduzindo as expectativas de inflação, com previsão de 6,98% em 2016 e 5,8% em 2017¹⁰. Entretanto, essa redução está mais associada ao desaquecimento da economia (Recessão) do que propriamente a recuperação dos fundamentos econômicos, ou seja, o custo assumido pelo Brasil para o controle da inflação está sendo muito elevado e reflete no aumento da taxa de juros e encarecimento do crédito.

Para os preços administrados, as previsões de variação ainda são superiores a meta de inflação, sendo 6,8% em 2016 e 5,8% em 2017, ou seja, dois setores irão pressionar os preços de mercado, nas telecomunicações com a mudança na metodologia de cobrança de internet e no de combustíveis, pois ainda persiste o desajuste tarifário no setor. No que se refere ao setor de energia, a retomada da capacidade dos reservatórios do Sudeste pelo menos até o momento reduzem os riscos de aumento nesses preços.

Em relação à taxa de câmbio o Brasil vem adotando uma postura de combate a volatilidade, de forma a atenuar os efeitos das incertezas no

5 <http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/seriehistDLSPBruta2008.asp>

6 Dentre os emergentes o Brasil apresenta o maior indicador - FMI

7 Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios - PNAD

8 Boletim Focus de 24/04/2016 - BCB.

9 Estimativa de 1,5% da União, mas o Boletim Focus de 24/04/2016 aponta para uma taxa de 0,20%. Essa diferença reflete o pessimismo que ainda persiste no mercado sobre o futuro da economia brasileira.

10 Indicadores ainda superiores a meta de 4,5% do BACEN.

mercado. Em contraponto a desvalorização cambial observada em 2015 vem ajudando o Brasil a reestabelecer o equilíbrio em transações correntes. Segundo o BACEN em sua projeção, o câmbio deve manter uma elevação que estará em US\$ 3,74 até 2020.

Na atualidade, a medida mais efetiva de combate à inflação e de estabilização do balanço de pagamentos (em paralelo, a desvalorização cambial) é a taxa de juros SELIC, que regula as transações financeiras e o crédito. Neste sentido o índice se mantém em valores altos de 14,25% em 2016 e a tendência é de crescimento já nos primeiros meses de 2016 até que seja reestabelecida a meta inflacionária. Além disso, o quadro de dominância fiscal permanece, ou seja, aumento na taxa Selic acaba agravando o déficit fiscal como consequência dos impactos na dívida.

TABELA 1 - INDICADORES DE MACROECONÔMICOS DO BRASIL EFETIVOS (2009 A 2015) E PROJEÇÕES (2016 A 2020)

Ano	Câmbio (R\$/US\$) - (Média Ano)	Taxa Selic nominal (acumulado 12 meses)	Taxa de desemprego (média)	Vendas no varejo - Restrita	Produção Industrial
	R\$/US\$	%	%	%	%
2009	2,00	9,92	8,09	5,88	-7,12
2010	1,76	9,78	6,74	10,88	10,22
2011	1,67	11,62	5,97	6,65	0,41
2012	1,95	8,48	5,51	8,44	-2,30
2013	2,16	8,21	5,39	4,30	2,02
2014	2,35	10,91	4,80	2,20	-3,30
2015	3,33	13,29	6,80	-4,20	-8,30
2016*	3,71	13,56	10,20	-3,44	-5,59
2017*	3,60	11,50	8,90	0,89	1,91
2018*	3,60	9,43	8,50	3,50	4,00
2019*	3,65	9,19	8,00	4,50	3,10
2020*	3,74	9,11	7,50	4,50	3,10

Fonte: Banco Central
Bradesco abril de 2016

A partir de 2016 se consolida no Brasil a necessidade de uma nova agenda econômica que deverá ter como base a retomada das reformas e da política econômica cuja base é o superávit primário, o câmbio flutuante e o regime de metas de Inflação. Isso implica em coordenação das políticas monetárias e fiscais, readequação dos governos estaduais, flexibilização dos orçamentos públicos e retomada dos ganhos de produtividade na economia.

No que tange aos governos, se fortalece o conceito de **Estado Mínimo** haja vista que não há espaço em termos ideológicos, políticos e orçamentários para que o Governo atue de forma intervencionista. O esgotamento do modelo baseado no endividamento deverá dar lugar há uma nova rodada de concessões públicas, Parcerias Públicos Privadas - PPP e reformas administrativas, visando readequar o tamanho da máquina administrativa.

4. CENÁRIO INTERNO DO AMAPÁ

A dinâmica da dependência do Amapá em relação a União é um fato recorrente no Estado. O diferencial nesse momento, deve-se ao fato de que houve durante os anos de 2014 até 2016 um aprofundamento da dependência do Estado em relação a União, isso porque, as perdas em termos de arrecadação ocorreram com mais evidência nos recursos próprios, em especial no ICMS.

A peculiaridade desse fenômeno se deve a uma relação entre o processo de interligação do Amapá ao Sistema Interligado Nacional – SIN e federalização da Companhia de Eletricidade – CEA, que reduziu a arrecadação própria de ICMS pelo fim da geração de energia termoeletrica.

Em paralelo, a partir de 2015 o GEA iniciou o pagamento das amortizações do empréstimo necessário para a federalização e interligação, o que somado a outras operações de crédito provocou um salto na dívida contratual geral de 280% entre 2014 e 2015 e uma projeção de 294% entre 2014 e 2016¹¹. Considerando, que ainda há liberações a serem realizadas junto a Caixa Econômica para cumprimento de acordo firmado com a Eletrobrás, esse passivo poderá se elevar ainda mais no decorrer do exercício. Na Tabela - 2 são apresentados os dados de redução na receita própria do GEA no comparativo do 1º quadrimestre 2015 de 2016¹².

TABELA 2 - RECEITA PRÓPRIA DO AMAPÁ NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2015 E 2016

MÊS	2015	2016	%
Janeiro	90.044.160,30	75.937.136,45	-15,67%
Fevereiro	82.219.920,98	58.688.043,50	-28,62%
Março	89.263.063,97	79.522.081,68	-10,91%
Abril	70.776.271,55	20.414.332,83	-71,16%
Total	332.303.416,80	234.561.594,46	-29,41%

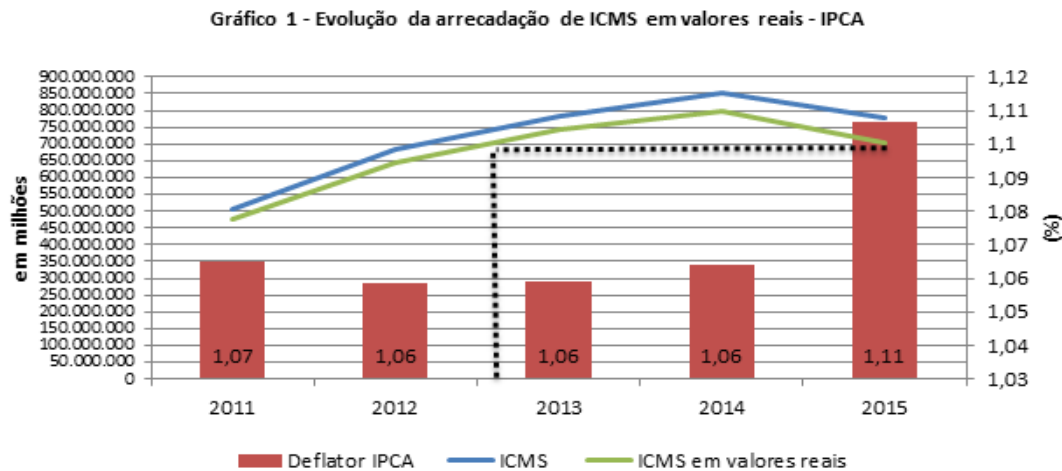
Fonte: SEFAZ/AP – Mês de Abril/2016 apenas 10 dias

Entre janeiro e Março a queda medida pela diferença em relação ao ano anterior já soma R\$ 47 milhões, com uma média para os primeiros três meses de R\$ 15,7 milhões mês. Em termos reais, ou seja, aplicando o índice de inflação do IPCA (Indicador Oficial) (Gráfico 1) a arrecadação de ICMS caminha para o mesmo patamar de 2012. Considerando que as despesas

11 Nessa projeção não estão considerados os efeitos da inflação na atualização dos encargos da dívida – NOTA TÉCNICA 003/2016 - SEPLAN

12 Em relação ao mês de Abril foi considerado os primeiros 10 dias.

correntes cresceram em relação aquele ano, aumenta-se o grau de complexidade da atual situação orçamentária do Governo do Amapá.



Fonte: COPESEF/SEPLAN a partir de dados da SEFAZ.

Em partes esse reflexo se deve ao processo de interligação supracitado, mas também está intimamente ligada à crise, que atinge a produção, o consumo e a renda das famílias, que por sua vez interfere no nível de arrecadação de impostos. Esse cenário fragiliza a situação fiscal do Estado do Amapá em um momento em que há perda de dinamismo nas transferências da União.

Diferente de outras unidades da federação, o componente de dependência do Governo na economia do Amapá é um dos mais significativos, de maneira que isso agrava a crise econômica no mercado local, em primeiro o déficit do governo, seguido pela redução do investimento público, atraso no pagamento de fornecedores, redução no gasto de pessoal e parcelamento de salários.

5. PIB EFETIVO DO AMAPÁ E PROJEÇÕES ATE 2020

O PIB do Amapá em 2013 registrou cifras de R\$ 12.762 (bilhões), apresentou um tímido crescimento em sua participação em relação ao País. Saiu de 0,22% para 0,3%. Em valores reais variou positivamente 3,2%. O setor que mais cresceu foi o setor industrial quando aumentou sua participação de 10% para 13%. Este aumento de participação foi impulsionado pela indústria de transformação, especialmente a de metalurgia, vidraçaria e alimentos.

O setor Agropecuário é o menor setor da economia, um ponto crítico nos últimos quatro anos quando vem caindo de participação. Até 2005 concentrava cerca de 4,5% e hoje chega a 2,2%. A expectativa do aumento do setor encontra-se hoje pelo plantio da soja que se inicia na área de cerrado do

Estado. Pelo registro do IBGE em 2014 já apresentava uma área de produção em 30.308.231 (hectares) e quantidade produzida de 86.760.520 (toneladas), número bem superior da produção de outras culturas da lavoura temporária.

Como o PIB Regional é um indicador captado apenas com dois anos anterior ao cenário atual, considerando as pesquisas do IBGE que dão origem aos seus resultados, é importante avaliar a conjuntura pelo comportamento das projeções do indicador até 2020. Então a SEPLAN publica a expectativa do PIB para 2014 até 2020, comportamento influenciado diretamente pelo PIB brasileiro. O Amapá que até o ano de 2012 apresentava um PIB com média de crescimento de 5,5%, em 2013 a última publicação do IBGE já apresentava uma retração no crescimento com taxa real de 3,2% e para os anos seguintes a SEPLAN faz uma projeção de um crescimento moderado da produção até 2020 com taxa real baixa considerando o ritmo que a economia mantém nos últimos dois anos. Primeiro por não ter uma base industrial forte e depois pela dependência que existe no setor público.

TABELA 3 - PRODUTO INTERNO BRUTO EFETIVO E PROJEÇÃO, NOMINAL E TAXA REAL BRASIL E AMAPÁ 2010 A 2020

Ano	BRASIL		AMAPÁ	
	PIB Nominal	Taxa Real	PIB Nominal	Taxa Real
2010	3.885,847	7,5	8.239	5,1
2011	4.373,658	3,9	9.416	4,6
2012	4.805,913	1,9	11.132	9,6
2013	5.316,455	3,0	12.762	3,2
2014	5.687,309	0,1	12.825	-5,9+
2015	5.904,000	-3,8	13.314	-6,9+
2016*	6.137,950	-3,5	13.842	-2,6+
2017*	6.585,027	1,5	14.850	2,8+
2018*	7.169,073	3,0	16.167	4,4+
2019*	7.842,882	3,5	17.687	4,9+
2020*	8.580,020	3,5	19.349	4,9+

Fonte: Brasil - Branco Central
Bradesco abril de 2016
Amapá/SEPLAN

Obs.: *O Brasil considera a projeção de 2016 a 2010
*O Amapá a projeção está sendo feito de 2014 a 2010

6. MERCADO DE TRABALHO E EMPREGO

O número de empregos formais no Estado segundo o Ministério do Trabalho e Emprego/ Rais alcançou 132,8 mil postos em dezembro de 2014, denotando um crescimento de 4,81% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2013. Esse total corresponde ao aumento de 6,1 mil postos de trabalho.

Os maiores saldos verificaram-se na Administração Pública, que gerou 4,7 mil postos (+9,47%), e no Comércio que respondeu pelo incremento de 1,8 mil postos (+6,80%).

Em termos relativos, o melhor desempenho foi registrado pela *Construção Civil*, com crescimento de 20,57% (+1,5 mil postos de trabalho), seguido da *Administração Pública*, com +9,47% (+4,7 mil postos).

Os setores com desempenhos negativos foram os Serviços, que perderam 1,0 mil postos de trabalho (-2,98%), os *Serviços Industriais de Utilidade Pública*, que apresentaram declínio de 461 postos (-26,33%), a Indústria de Transformação, que suprimiu 236 postos (-5,79%) e a Extrativa Mineral, que eliminou 213 postos (-10,66%).

TABELA 4 -ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS POR SETOR DE ATIVIDADE 2013 - 2014

Setores de Atividade	2013	2014	Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	1.998	1.785	-213	-10,66
Indústria de Transformação	4.073	3.837	-236	-5,79
Serviços Indust. Utilidade Pública	1.751	1.290	-461	-26,33
Construção Civil	7.320	8.826	1.506	20,57
Comércio	26.219	28.001	1.782	6,8
Serviços	34.236	33.304	-1.022	-2,98
Administração Pública	50.006	54.743	4.737	9,47
Agropecuária, Extrativa caça e pesca.	1.038	1.047	9	0,87
Total	126.641	132.833	6.102	4,81

Fonte: Rais/ Ministério do Trabalho e Emprego

Para o mercado de trabalho no Amapá considerando o número de admissões e demissões, segundo o CAGED, apresentou o seguinte comportamento entre o período de 2010 a 2015 quando admitiu uma média de 33.212 trabalhadores para uma demissão de 31.164, o que representa um saldo de 2.048 novos postos de trabalho.

Para as admissões o ano de maior crescimento foi o de 2013 quando alcançou o maior número de trabalhadores formais no mercado de trabalho, registrando 38.486. Para os números absolutos a maior variação ocorreu de 2010 para 2011, quando foram admitidos 14.765. Sendo que a partir de 2014 o desempenho para as admissões de postos no mercado de trabalho passam a declinar. Tendo o menor desempenho em 2015 com 26.669 postos.

Chama atenção o ano de 2014 e 2015 que não só apresentaram os menores números de admissões considerando a série e das demissões quando

2014 ocorreu o desligamento de 37.179 trabalhadores. Considerando o saldo, este nos dois anos foi a maior variação negativa com perda de 6.409 empregos.

TABELA 5 –COMPORTAMENTO DO NÚMERO DE ADMITIDOS E DEMITIDOS NO AMAPÁ DE 2009 A 2015

	Absoluta			Variação	
	Admitido	Demitido	Saldo	Admitido	Demitido
2010	22.982	20.831	2.151	12,5	2,9
2011	37.747	30.143	7.604	64,2	44,7
2012	37.891	32.107	5.784	0,4	6,5
2013	38.486	35.330	3.156	1,6	10,0
2014	35.499	37.179	-1.680	-9,7	3,8
2015	26.669	31.398	-4.729		
Media 6 anos	33.212	31.164	2.048		

Fonte: Cadastro Geral de Emprego e Desempregados/ MTb

7. COMÉRCIO EXTERIOR BALANCA COMERCIAL DO AMAPÁ

As relações externas de mercados acontecem na compra e venda de produtos e serviços, considerando que as economias não são auto-sustentáveis e precisam se relacionar com as demais economias. Outro fator está nas suas vantagens comparativas que a partir de sua qualidade ou especialidade se organizem e ofertam esses produtos fortalecendo sua participação no mercado externo. A mensuração das transações externas de produtos está na Balança Comercial, onde ficam registros nas exportações (X) e importações (M).

Avaliando o desempenho da Balança Comercial do Amapá em relação as exportações, no ultimo quadriênio, os dois primeiros anos 2010 e 2011 foram anos de maior crescimento quando ocorreu um aumento de 93,1% e 70,68% respectivamente. Este comportamento foi impulsionado pelas *commodities* do minério de ferro. Nos anos seguintes de 2012 a 2015 a BC apresentou quedas consideradas, sendo a maior em 2015 com 41,2%.

Quanto as importações, entrada de mercadorias, essas aumentaram nos primeiros anos do quadriênio, com cifras significativas, sendo a maior em 2012 que cresceu 82,5%. Já em 2015 as importações tiveram a maior queda 50,5% reflexo da crise econômica e internamente queda nas compras do setor Comércio.

TABELA 6 - DESEMPENHO DA BALANÇA COMERCIAL DO AMAPÁ EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO 2010 A 2014

ANO	EXPORTAÇÃO	Variação %	IMPORTAÇÃO	Variação %	US\$ FOB
					SALDO
2010	352.978.411	93,1%	49.147.843	22,4%	303.830.568
2011	602.792.470	70,8%	67.689.128	37,7%	535.103.342
2012	447.241.260	-25,8%	123.546.235	82,5%	323.695.025
2013	416.167.277	-6,9%	95.939.774	-22,3%	320.227.503

2014	425.348.295	2,2%	111.510.049	16,2%	313.838.246
2015	250.152.100	-41,2%	55.146.457	-50,5%	195.005.643

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Comparando os principais produtos da BC do Amapá entre 2014 e 2015, o minério de ouro se manteve em alta sendo o primeiro produto da pauta de exportação, representando em valores monetários quase 60% da entrada de divisas. Em segundo vem a madeira em estilhas com 23,59% do valor da produção e outras frutas 11,86%.

O minério de ferro que em 2014 representou 36,22% do valor exportado, em 2015 teve a maior queda com participação de 0,73%, quase sem expressividade nas exportações amapaense.

TABELA 7 - PRODUTOS DA BALANÇA COMERCIAL DO AMAPÁ 2010 A 2014

PRODUTO	2015				2014			
	US\$	%	Kg	%	US\$	%	Kg	%
TOTAL	250.152.100		605.131.472		425.348.295		3.349.684.305	
OURO EM BARRAS, FIOS E PERFIS DE SECAO MACICA	149.564.039	59,79	3.945	0,00	184.785.109	43,44	4.572	0,00
MADEIRA DE NAO CONIFERAS, EM ESTILHAS OU EM PARTICULAS	59.010.733	23,59	528.666.860	87,36	61.983.967	14,57	561.982.470	16,78
OUTS.FRUTAS, PARTES DE PLANTAS, PREPARS/CONSERVS.OUT.MODO	28.408.103	11,36	7.598.270	1,26	12.033.699	2,83	3.236.021	0,10
SOJA, MESMO TRITURADA, EXCETO PARA SEMEADURA	6.383.130	2,55	17.831.358	2,95	2.825.187	0,66	5.735.454	0,17
SUCOS (SUMO) DE OUTRAS FRUTAS, N/FERME. S/ADICAO DE ACU.	3.564.106	1,42	744.291	0,12	8.576.395	2,02	2.083.188	0,06
MINERIOS DE FERRO NAO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	1.819.726	0,73	47.462.850	7,84	154.051.875	36,22	2.775.907.126	82,87
COUROS/PELES, BOVINOS, INTEIROS, S/DIVID.P>=16KG	705.013	0,28	529.963	0,09	-	-	-	-
ARMACOES E CABOS, DE MADEIRA, DE FERRAMENTAS, ESCOVAS, ETC.	331.642	0,13	216.000	0,04	717.143	0,17	384.000	0,01
OUTROS DESPERDICIOS E RESIDUOS DE FERRO OU ACO	94.525	0,04	526.880	0,09	-	-	-	-
OURO EM OUTS. FORMAS BRUTAS, PARA USO NAO MONETARIO	89.366	0,04	3	0,00	-	-	-	-

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

8. VARIAÇÃO DE PREÇO

A política de preço monitorado pelo governo federal aponta que o consumo das famílias com renda entre a 1 a 40 Salários Mínimos teve uma queda em seu poder aquisitivo considerando a inflação de 2010 e 2015 quando houve um aumento nos preços médios que ultrapassaram o centro da meta estipulada pelo Banco Central de 4,5%. Em 2015 o acumulado foi bem superior o esperado quando alcançou 10,67%. A estimativa para 2016 é buscar um equilíbrio retraindo a inflação, no entanto já nos três primeiros meses do ano se mantém em alta na casa de dois dígitos.

No caso do IPCA Macapá, indicador medido pela SEPLAN, em quatro anos o Índice esteve acima da média nacional e terminou em 2015 com uma inflação de 13,77%, o que significa 3,10 (p.p) acima do IPCA Nacional e um menor poder de compras do amapaense.

TABELA 8 - ÍNDICE DE PREÇO AO CONSUMIDOR AMPLO - IPCA												
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016*	2017*	2018*	2019*	2020*
IBGE	4,31	5,91	6,5	5,84	5,91	6,41	10,67	6,98	5,8	4,5	4,5	4,5
Macapá	4,76	8,02	10,59	7,44	12,39	8,14	13,77	-	-	-	-	-

Fonte: Brasil - Branco Central
Bradesco abril de 2016
Amapá/SEPLAN

9. METODOLOGIA

VARIÁVEIS CONSIDERADAS

As variáveis consideradas para análise dos riscos fiscais, especificamente para a elaboração das previsões das receitas públicas para 2016 a 2019, são os indicadores macroeconômicos, que demonstram os cenários da economia nacional e local. São os seguintes indicadores:

- ✓ **Produto Interno Bruto - PIB Nacional** - indicador utilizado para definição do cenário de crescimento real da economia brasileira, que tem impacto direto no comportamento das receitas referentes ao ICMS e IPVA;
- ✓ **Varição De Preços - IGP-DI/FGV** - indicador publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, para medição da variação de preços, o qual é utilizado pelo Estado para recomposição do valor da moeda nacional na atualização monetária das receitas públicas, principalmente no ICMS e IPVA;
- ✓ **Legislação Tributária** - alterações na Legislação Tributária que poderiam impactar no crescimento ou redução das receitas públicas no Estado. Esta variável não foi considerada para efeito de previsão para o período acima especificado;
- ✓ **Receita Realizada** - o volume das receitas próprias arrecadadas durante os exercícios de 2011/2012/2013/2014/2015, o qual será considerado para efetuar as previsões, além da receita realizada dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2016.

10. FÓRMULA DE PREVISÃO DAS RECEITAS PÚBLICAS

Com objetivo de facilitar a compreensão passo a passo dos cálculos inerentes às previsões de receita, procurou-se adotar um modelo de projeção simplificado que, além do objetivo e acessível, produzisse resultados com maior grau de confiabilidade nos números finais da previsão das receitas das unidades da administração. Trata-se do modelo incremental de projeção de receitas. Há ainda, de acordo com os riscos fiscais levantados, a

possibilidade de ajustes pontuais em função de fatores conhecidos e projeções dos indicadores macroeconômicos.

Este modelo de projeção – de precisão e aderência confirmadas – considera como base a arrecadação do período anterior, utilizando-se a Função Estatística de Previsão que calcula, ou prevê, um valor futuro usando valores existentes. O valor previsto é um valor de y para um determinado valor de x . Os valores conhecidos são valores de x e de y existentes, e o novo valor é previsto através da regressão linear.

**PREVISÃO (x ; valor_conhecidos_y;
valor_conhecidos_x)**

Onde:

X é o ponto de dados cujo valor você deseja prever.

Val_conhecidos_y é o intervalo de dados ou matriz dependente.

Val_conhecidos_x é o intervalo de dados ou matriz independente.

11. PASSOS PARA A ELABORAÇÃO DA PREVISÃO DAS RECEITAS PÚBLICAS

1. Previsão de ICMS – 2016 – 2019;
2. Previsão de IPVA – 2016 – 2019;
3. Previsão ITCD – 2016 – 2019;
4. Previsão IRRF – 2016 – 2019
5. Previsão Taxas de Expediente – 2016 – 2019;
6. Previsão Taxas de Trânsito – 2016 – 2019;
7. Previsão OutrasTaxas – 2016 – 2019;
8. Previsão Receita de Serviços Administrativo – 2016 – 2019;
9. Previsão Receita de Multa de IPVA – 2016 – 2019;
10. Previsão Receita de Multa de ICMS – 2016 – 2019;
11. Previsão Receita de Outras Multas – 2016 – 2019;
12. Previsão Dívida Ativa ICMS – 2016 – 2019;
13. Previsão Dívida Ativa IPVA – 2016 – 2019;
14. Previsão Receita Global por espécie – 2016 – 2019.